rés WESLEY, JULIANO e DAVI com fundamento em insuficiência probatória, postulando, ainda, pela desclassificação do delito atribuído a LUIZ GUSTAVO para o tipo penal do artigo 28 da lei de drogas. Interrogatórios que, discrepantes entre si, tornam inverossímil ocorrência de tortura em relação ao acusado WESLEY, único a apontar essa ocorrência, quando os demais acusados, também alocados na mesma viatura, sequer tecem essa dinâmica, apenas aduzindo ou a inexistência de drogas, ou que as mesmas apareceram do nada. Acusado WESLEY que confirma a existência de drogas em seu poder, dentro das calças, mesmo dentro da viatura, o que dá a configuração permanente ao delito, permitindo a conformação do flagrante, valendo destaque que a condução do mesmo ainda teria decorrido do fato de estar na companhia dos demais elementos codenunciados, um deles que tentou se evadir do local, todos portando drogas, a saber, maconha e cocaína (esta em pó e em material petrificado). Inexistência de vícios na conformação do flagrante. Preliminares que se rejeitam. Absolvição por ausência de provas que não merece acolhida, eis que não apenas a materialidade delitiva vem atestada pelo laudo de exame em material entorpecente, que dá conta da natureza entorpecente das substâncias apreendidas, como a autoria não resta elidida, quando analisados os depoimentos dos agentes da lei, uníssonos inclusive quanto à tentativa de fuga de JULIANO, com as autodefesas, discrepantes entre si, ora aduzindo inexistência de drogas, ora reconhecendo a existência das mesmas, ora com negativa de tentativa de fuga, ora com reconhecimento, circunstâncias que conferem validade à aplicação do verbete sumular nº 70 do TJRJ. Desclassificação delitiva em relação ao réu LUIZ GUSTAVO inviabilizada pela quantidade de maconha apreendida a descartar a mera conduta de uso. Gratuidade de Justiça cuja análise compete ao Juízo da Execução. Rejeição das preliminares. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do Desembargador Relator.

017. APELAÇÃO 0003867-45.2016.8.19.0063 Assunto: Furto / Crimes contra o Patrimônio / DIREITO PENAL Origem: PETROPOLIS 2 VARA CRIMINAL Ação: 0003867-45.2016.8.19.0063 Protocolo: 3204/2017.00596053 - APTÉ: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO APTÉ: SERGIO MANOEL DE SOUSA SANTOS ADVOGADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000000 APDO: OS MESMOS Relator: DES. FRANCISCO JOSE DE ASEVEDO Revisor: DES. JOAO ZIRALDO MAIA Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. OMISSÃO. OCORRÊNCIA. A leitura do ato combatido permite aferir que assiste razão à Defesa em seu inconformismo. Conforme se vê dos autos, a prova não deixa dúvidas de que o embargante praticou ao menos quatro furtos. Entretanto, o aumento de 2/3 revela-se, de fato, excessivo e em desconformidade com a Jurisprudência dominante do E. STJ (HC n. 342.475/RN, Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe de 23/2/2016), sendo adequado o de 1/4.. A pena de multa deve guardar proporção com a corpórea e, por isso, ser fixada em 25 DM, valendo consignar que, conforme precedentes do STJ (REsp 909.327/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/10/2010, DJe 03/11/2010), a regra do artigo 72 do Código Penal não se aplica em casos de continuidade delitiva. De toda forma, em razão dos motivos esposados para fixação da pena base acima do mínimo legal, é de se manter o regime fechado. EMBARGOS ACOLHIDOS. Conclusões: Por unanimidade, foram acolhidos os embargos de declaração, nos termos do voto do Des. Designado para Lavratura do Acórdão- Des. João Ziraldo Maia.

018. APELAÇÃO 0004514-21.2016.8.19.0037 Assunto: Posse Ou Porte Ilegal de Arma de Fogo de Uso Restrito e Outros / Crimes do Sistema Nacional de Armas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: NOVA FRIBURGO 2 VARA CRIMINAL Ação: 0004514-21.2016.8.19.0037 Protocolo: 3204/2017.00718234 - APTÉ: SIGILOSO ADVOGADO: CARLOS DANIEL DIAS ANDRÉ OAB/RJ-206957 ADVOGADO: MARCIO BORGES DA SILVA CASTELLÕES OAB/RJ-189105 ADVOGADO: JULIANA DAMIANA DA MOTTA PEREIRA OAB/RJ-210771 APDO: SIGILOSO Relator: DES. JOAO ZIRALDO MAIA Revisor: DES. GIZELDA LEITAO TEIXEIRA Funciona: Ministério Público Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

019. APELAÇÃO 0004628-73.2016.8.19.0064 Assunto: Associação para a Produção e Tráfico e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: VALENCA 1 VARA Ação: 0004628-73.2016.8.19.0064 Protocolo: 3204/2018.00206358 - APTÉ: THAMIRES ALVES DE SOUZA CYPRIANO APTÉ: MARCOS VINICIUS DE SOUZA MENEZES ADVOGADO: DEFENSORIA PUBLICA OAB/DP-000000 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Relator: DES. FRANCISCO JOSE DE ASEVEDO Revisor: DES. MARCIA PERRINI BODART Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, EM CONCURSO MATERIAL (ARTS. 33 E 35, CAPUT, DA LEI N.º 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL). APELANTES QUE, DE FORMA LIVRE E CONSCIENTE, SEM AUTORIZAÇÃO E EM DESACORDO COM DETERMINAÇÃO LEGAL E REGULAMENTAR, GUARDAVAM E MANTINHAM EM DEPÓSITO, PARA FINS DE TRÁFICO, 106,5G DE MACONHA, SENDO QUE 31,4G ESTAVAM ACONDICIONADOS EM 34 EMBALAGENS PLÁSTICAS INCOLORES E 75,18G ACONDICIONADOS EM UM FRAGMENTO DE TABLETE DESPROVIDO DE EMBALAGEM. APELANTES QUE, CONSCIENTE, VOLUNTÁRIA E LIVREMENTE, EM COMUNHÃO DE AÇÕES E DESÍGNIOS ENTRE SI, ASSOCIARAM-SE PARA O FIM DE PRATICAR O DELITO DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. POLICIAIS MILITARES QUE RECEBERAM DENÚNCIA ANÔNIMA DE QUE OS ACUSADOS ESTAVAM GUARDANDO ENTORPECENTES NO INTERIOR DA RESIDÊNCIA E QUE, AO PROCEREM AO LOCAL, ENCONTRARAM NO FUNDO DO QUINTAL UM PEDAÇO DE MACONHA EM FORMA DE TABLETE ENTERRADO E 60 SACOLÉS VAZIOS NAS PROXIMIDADES, ALÉM DE LOCALIZAREM NO INTERIOR DA CASA, DENTRO DE UM TRAVESSEIRO, 34 SACOLÉS DE MACONHA. NULIDADE DO PROCESSO POR TER SIDO A PROVA OBTIDA MEDIANTE VIOLAÇÃO DE DO-MICÍLIO. INOCORRÊNCIA. CRIME PERMANENTE. FLAGRANTE DELITO. EXCEÇÃO À RE-GRA PREVISTA NO ART. 5.º, XI, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PRETENSÃO DEFENSIVA À ABSOLVIÇÃO DA APELANTE THAMIRES PARA AMBOS OS CRÍMES, POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA, QUE SE NEGA, ESPECIALMENTE PELAS CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE, A APREENSÃO DAS DROGAS, ALÉM DOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS, COERENTES E CONVERGENTES QUANTO À AUTORIA E À MATERIALIDADE DOS CRÍMES. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS PARA DA CONDUTA PREVISTA NO ART. 28 DA LEI 11.343/06, EM RELAÇÃO AO APELANTE MARCOS, INVIÁVEL. AS CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO, A QUANTIDADE E FORMA DE ACONDICIONAMENTO DA DROGA APREENDIDA EM PODER DE MARCOS DEMONSTRAM QUE O MATERIAL ENTORPECENTE SE DESTINAVA AO TRÁFICO E NÃO AO USO PESSOAL. PRETENSÃO DEFENSIVA À ABSOLVIÇÃO, POR AUSÊNCIA DE PROVAS DO DELITO DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO, IMPOSSÍVEL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO QUE SE TRATA DE CRIME FORMAL, BASTANDO, PARA A VIOLAÇÃO DO TIPO PENAL, QUE HAJA ÂNIMO ASSOCIATIVO ENTRE OS AGENTES, CONSUBSTANCIADO NO FIRME ACORDO DE VONTADES PARA A PRÁTICA DO CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS, O QUE RESTA CRISTALINO NOS AUTOS. APLICAÇÃO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4.º, DA LEI N.º 11.343/06, QUE NÃO SE ACOLHE. REDUTOR JÁ FIXADO PARA A APELANTE THAMIRES. ACUSADO MARCOS QUE É REINCIDENTE, NÃO FAZENDO JUS AO BENEFÍCIO. REGIME MAIS BRANDO QUE NÃO SE CONCEDE. APELANTE THAMIRES JÁ BENEFICIADA PELO REGIME ABERTO. REGIME FECHADO PARA O RÉU MARCOS MAIS ADEQUADO AOS OBJETIVOS REPRESSIVO/PREVENTIVO AO DELITO. SUBSTITUIÇÃO DE PENA QUE NÃO PROCEDE, EM RAZÃO DO QUANTUM DE PENA APLICADO E PORQUE INSUFICIENTE À REPROVAÇÃO DAS CONDUTAS PRATICADAS PELOS RÉUS (ART. 44, I E II, DO CÓDIGO PENAL). AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À NORMA CONSTITUCIONAL OU INFRACONSTITUCIONAL. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR E DESPROVIMENTO DO RECURSO. EXPEDIÇÃO DO MANDADO DE PRISÃO EM DESFAVOR DA RÉ THAMIRES. Conclusões: Por unanimidade, rejeitada a preliminar, negou-se